

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Bloco de Esquerda teve conhecimento que a Rádio Onda Viva, da Póvoa de Varzim, foi recentemente alvo de uma operação de alienação que tem como comprador final uma empresa denominada Grupo Canal 5.

Após a compra da Rádio Mar (outra rádio da Póvoa de Varzim) e da Rádio Foz do Ave (na vizinha Vila do Conde), o Grupo Canal 5 segue assim na compra da totalidade das rádios no concelho. Além destes dois concelhos, o Grupo detém já outras rádios na região, nomeadamente a Rádio 5, Rádio NoAr, Rádio Voz de Santo Tirso e Rádio XL FM, com emissões na Área Metropolitana do Porto e com uma influência estendida de Viana do Castelo a Aveiro.

A Rádio Onda Viva é a rádio mais importante da Póvoa de Varzim. Transmitindo há 27 anos para o distrito do Porto e distritos limítrofes, este meio de comunicação tem uma grande influência social, numa escala que ultrapassa largamente os limites concelhios, recolhendo e tratando notícias locais, assim como das terras vizinhas, e mesmo de âmbito nacional.

Segundo informações recebidas, a operação de alienação não teve aparentemente qualquer autorização por parte da Entidade Reguladora da Comunicação (ERC). Porém, após a compra, o Grupo Canal 5 começou rapidamente a executar actos de gestão altamente impactantes na rádio poveira e seus trabalhadores.

Incompreensivelmente, a nova administração já procedeu à cessação do contrato com sete trabalhadores e colaboradores externos regulares; e iniciou práticas de assédio com o objectivo da aceitação da degradação das condições de trabalho, designadamente descida de salários e demais remunerações, instaurando assim um clima de pressão e desespero entre os restantes trabalhadores. Mais recentemente, ocorreram alterações significativas ao nível do conteúdo funcional da actividade de alguns dos trabalhadores. Conforme nos foi avançado existem inclusivamente ameaças de atrasos no recebimento das remunerações.

A administração alega a má situação financeira e comercial da empresa, o que causa algum espanto, pois tal não acontece há décadas. Pelo contrário, é conhecido que a empresa sempre teve uma boa saúde financeira e variados clientes de publicidade, tendo mesmo os seus antigos donos conservado reservas monetárias que permitissem cumprir todas as obrigações para com os seus trabalhadores, na eventualidade de tempos mais adversos.

A Onda Viva apresentava no ano passado um corpo de 13 trabalhadores em funções permanentes ou de trabalho a tempo parcial, aos quais é reconhecido um grande mérito pelo seu brio e isenção profissional, assim como um elevado sentido de serviço público. A pluralidade é uma das marcas deste órgão de comunicação social, confirmada pelos mais diversos sectores profissionais, sociais, culturais e políticos da região. A sociedade poveira receia agora que todas estas características possam ser degradadas, fruto da operação de alienação e concentração num grupo que compra rádios por atacado e que, aparentemente, não terá os mesmos objectivos que presidiram à fundação da rádio e à sua manutenção, até ao início deste ano.

A elevada concentração de rádios e/ou frequências na posse de poucas empresas ou grupos económicos tem levantado sérias preocupações na sociedade portuguesa. Além das questões da pluralidade (política e outras), é temido, legitimamente, que as linhas editoriais possam ser uniformizadas, replicadas automaticamente e difundidas sem critérios que atendam ao contexto sociogeográfico dos ouvintes. Além destes motivos, altamente preocupantes, tem-se verificado também que em operações de alienação semelhantes o corpo de profissionais é sempre erodido, que há um empobrecimento da oferta e que, finalmente, é prejudicado o direito à informação, nomeadamente no acesso e difusão de debates políticos e sociais que as rádios locais têm feito ao longo dos anos, com particular orgulho na Póvoa de Varzim.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Cultura, as seguintes perguntas:*

1. O Governo tem conhecimento desta situação?
2. Sabe se a ERC recebeu alguma informação acerca desta operação de alienação?
3. Se sim, foi autorizada?
4. Se não, poderá a empresa compradora executar actos de gestão tão gravosos para os trabalhadores, nomeadamente proceder à sua dispensa e/ou diminuir as suas remunerações?
5. Como irá o Governo proceder de modo a garantir que estes trabalhadores não são assediados para diminuir ou deixar de receber as suas remunerações a tempo e horas?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 19 de Maio de 2017

Deputado(a)s

JORGE CAMPOS(BE)  
JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)  
DOMICILIA COSTA(BE)